

## 7. SOCIOLOGIA JURÍDICA

### O ELDORADO É AQUI, O ELDORADO NÃO É AQUI<sup>1</sup>

HELENA SINGER E ANAMARIA CRISTINA SCHINDLER

SUMÁRIO: 1. Uma história violenta – 2. Um país violento – 3. Região Nordeste: Maranhão – 4. Região Sudeste: São Paulo – 5. Região Sul: Rio Grande do Sul – 6. Paraná – 7. Amazônia Legal – 8. Bico do Papagaio – 9. Acre – 10. Mato Grosso do Sul – 11. Conclusão – 12. Bibliografia.

Em abril último, mais uma vez a mídia brasileira teve que abrir espaço para a questão agrária no país, ao noticiar mais uma chacina no nosso campo. O assassinato de 19 trabalhadores rurais por policiais militares durante manifestação organizada pelo MTRST, em Eldorado do Carajás, deixou patente para a opinião pública tudo o que envolve os conflitos de terra no Brasil – os trabalhadores organizados em sua luta, as instituições de controle social agindo em benefício dos grandes proprietários de terra, a impunidade garantida aos policiais pela Justiça Militar e a incapacidade do Poder Executivo de evitar esses confrontos, resultantes de um problema definitivamente estrutural de nosso país. Aliás, esses elementos estão de alguma forma presentes em todos os casos de violações aos direitos humanos no Brasil.

O Brasil é um país com proporções continentais – 8.511.996,3 km<sup>2</sup> – e densidade demográfica relativamente baixa – cerca de 17 habitantes por km<sup>2</sup>. Dos 141.282.535 de brasileiros, 104.099.814 residem na faixa urbana e 37.282.721 na

rural. (*Anuário Estatístico do Brasil*, 1990).

A desigualdade é a grande marca desta realidade. A despeito do fato de apenas um terço das terras brasileiras serem cultivadas, é forte a presença do setor agrícola no Produto Interno Bruto do Brasil – próxima dos 30%. A distribuição da renda e da terra, no entanto, dá-se de maneira bastante desigual: os 50% mais pobres não chegam a 20% da renda, e os 10% mais ricos possuem cerca de metade dela. De toda a área rural, 23,08% são constituídos por imóveis com mais de 10.000 hectares (1 ha = 2,47 acres), enquanto 3 milhões de minifúndios (estabelecimentos agropecuários com menos de 3,6 ha) não ocupam nem 3% das terras cultivadas. Os rendimentos acentuam a situação de pobreza, uma vez que 49% da população recebem de um a três salários mínimos.

A maior dificuldade em descrever a situação social da população rural está na quantificação da população sem-terra, devido ao seu caráter itinerante. Faz parte da vida deste trabalhador a migração temporária, tanto para a cidade quanto para outras regiões rurais. Mesmo os pequenos proprietários costumam deixar suas terras por períodos curtos para participar de derrubadas nas matas, da construção de hidrelétricas, ou da garimpa-

<sup>(1)</sup> Este artigo faz parte dos resultados obtidos com a pesquisa "Continuidade Autoritária e Construção da Democracia", realizada no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, entre 1991 e 1995.

gem durante a entressafra. (Martins, 1986a).

A produção agrícola divide-se basicamente em três setores. O primeiro, voltado para a exportação (sendo soja, suco de laranja, frango e café os principais produtos), é o setor mais modernizado, que foi incentivado nos anos 70, como forma de superação da crise da dívida externa. O segundo é o setor das fazendas de tipo tradicional, voltadas preferencialmente para o mercado interno.<sup>2</sup> Por fim, temos as culturas de subsistência, formadas sobretudo pelos minifúndios, localizados nas terras menos férteis, que não se beneficiam praticamente de qualquer réditio.

### 1. Uma história violenta

Inúmeras violações de direitos humanos têm ocorrido nos últimos anos no Brasil. Alguns setores da população são as principais vítimas destas violações e, dentre eles, destacam-se os trabalhadores rurais. A violência no campo manifesta-se de várias maneiras, como assassinatos, trabalho forçado ou expulsões da terra, entre outras. Mas uma característica comum a todas essas formas de violência é a impunidade dos agressores. A estrutura fundiária brasileira e a ausência de uma efetiva reforma agrária, somadas à omissão e ao mau funcionamento dos órgãos do Estado agravam os conflitos no campo.

Os principais atores envolvidos na violência rural são, de um lado, os fazendeiros, grandes e médios proprietários de terra e seus pistoleiros; e, de outro, trabalhadores rurais, posseiros, índios, agentes eclesiais, líderes sindicais e advogados. A violência desencadeada pelos proprietários de terra tem como contrapartida a maior organização dos trabalha-

dores rurais no sentido de viabilizar uma resistência, que vem agravando os conflitos.

Esta situação de conflito e de violência está enraizada na história do país. O cenário dos conflitos no campo no século XIX compunha-se de uma forte religiosidade, que permeava relações solidárias em uma cultura carregada de extrema violência. Podemos lembrar alguns momentos de explosão desses conflitos citando movimentos regionais, de origem popular e camponesa, que foram contidos à força bruta: Balaiada, Sabinada, Cabanos e Praieira, no Nordeste (1830-1850); Farrapos, no Rio Grande do Sul (1840-1850); Quebra Quilos e revoltas em Salvador (1847-1877); Mukers, também no Rio Grande do Sul (1875); Revolta do Vintém, no Rio de Janeiro (1879); além das rebeliões escravas dispersas por todo o país entre 1871 e 1880. (Adorno, 1988: 45-54).

Maria Sílvia Carvalho Franco retrata a violência que ocorria nas áreas de cultivo de café no século XIX, salientando as distinções com a violência rural contemporânea. Segundo a autora, contemporaneamente, a violência no campo não se dá mais em contextos pessoais, ou de vizinhança, ou de parentesco, como naquele tempo. Carvalho Franco retrata a violência rural no século passado em dois recortes: a *violência costumeira* (incorporada como regularidade) e a *violência institucionalizada* (aparece como padrão de comportamento).

Ao analisar as formas e representações da violência no período, Carvalho Franco descreve uma vida camponesa baseada em relações comunitárias onde prevalece uma escassez de recursos de sobrevivência. Isto não significa dizer que sejam comunidades tradicionais, centradas em uma única região. Ao contrário, o povoamento de áreas rurais fez-se pela disseminação de grupos esparsos, cujo modo de vida era seminômade, baseado em agricultura itinerante. Tal mobilidade

(2) Parte dessas fazendas revela um baixo nível de mecanização e funciona à base de relações arcaicas de trabalho (Americas Watch, 1991).

apareceu, historicamente, como único recurso contra condições adversas de existência: problemas com padrões, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças e desgostos que continuaram a ser resolvidos com a transferência de domicílio (Franco, 1983: 30). Os ajustes e enfrentamentos violentos podem envolver questões ligadas à sobrevivência (em termos de exploração de recursos, por exemplo), ao mesmo tempo em que se constituem numa forma rotineira de resolução de conflitos pessoais, ajustamento de relações de vizinhança e questões de dominação pessoal.

Trata-se de uma cultura de violência, onde entram em jogo valores como a manutenção da honra pessoal ou a constante necessidade de afirmar-se ou defender-se como pessoa – sistema de valores no qual são prezadas a bravura e a ousadia. A ação violenta é não só uma ação legítima, mas imperativa.

O advento da República passou longe de conseguir apaziguar esta situação. A violência permaneceu enraizada como modo institucionalizado de solução de conflitos. A ampliação da cidadania não garantiu a consolidação da democracia e o espetáculo autoritário teve continuidade através de sucessivos golpes de Estado, que acionavam as forças repressivas para a manutenção de regimes ditatoriais. José de Souza Martins caracteriza a história republicana do Brasil como um pêndulo entre governos ditatoriais e civis. Nos períodos de abertura política, este movimento pendular deixa patente a contradição entre uma ideologia liberal e o exercício oligárquico do poder, garantido por alianças familiares e acordos de tipo clientelístico e corporativo. (Martins, 1993: 83-105). No caso específico da realidade agrária, essas contradições foram ainda mais explicitadas se considerarmos, por exemplo, a consolidação do código do trabalho por Getúlio Vargas em 1942, que se voltava somente para os trabalhadores urbanos, deixando intactas

as relações baseadas na dependência pessoal que caracterizavam o campo.

Ainda segundo este autor, um momento importante da luta no campo durante o período Republicano ocorreu em 1946, quando um novo componente passou a integrar este cenário, o Partido Comunista. O PC envolveu-se nos conflitos dos trabalhadores rurais e colocou em jogo uma nova luta, que explicitou sua dimensão política, diferentemente dos movimentos do século XIX, nos quais esta dimensão estava submersa no forte sentimento religioso.

Essa politização da luta camponesa levou à organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em 1963. No ano seguinte, com o país já vivendo sob o regime militar, foi elaborado o Estatuto da Terra, um projeto de distribuição da terra, usado de fato para segurar a luta popular no campo.

Os problemas decorrentes da má distribuição de terras e de renda agravaram-se a partir de 1966, quando o governo militar implementou um projeto para o desenvolvimento da Amazônia Legal. Inicialmente, a estratégia consistia em colonizar a Amazônia com pessoas provenientes do Nordeste mas, posteriormente, o governo optou por fornecer incentivos diretos a grandes empresas para que desenvolvessem a região, através da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Por falta de fiscalização, essas grandes empresas passaram a especular com a terra.

Além disso, a construção de barragens para hidrelétricas no Nordeste e no Sudeste deixaram milhares de trabalhadores sem terra, levando muitos deles a migrar para o Norte. Ali, deflagrou-se uma acirrada disputa pela terra. Os grandes proprietários armaram-se para expulsar os posseiros e impedir a ação das lideranças locais, intensificando a violação de direitos humanos no campo.

Mais recentemente, um momento de agravamento das tensões no campo ocor-

reu após 1985, quando o governo de José Sarney elaborou um projeto de reforma agrária, demarcando áreas em litígio. Esse projeto jamais chegou a ser implantado, mas durante o período de sua discussão, os trabalhadores rurais intensificaram as ocupações e os grandes proprietários acirraram a violência dos conflitos.

Retomando a análise de Carvalho Franco sobre a violência em resoluções de conflitos pessoais (característica diversa da que estamos tratando neste artigo – no qual ficará claro o envolvimento de instituições sociais em conflitos), podemos perceber que a impunidade e a valoração da violência enquanto código de conduta são aspectos comuns a ambas as situações desde os tempos do Brasil colônia até os dias de hoje. O fato de as notícias sobre os crimes continuarem circulando desimpedidas de juízos restritivos indica que a violência é incorporada não apenas como um comportamento regular, mas positivamente valorado (Franco, 1983:50). O retrato contemporâneo desta realidade são as ameaças consecutivas que muitas vezes precedem um assassinato ou tentativa, sendo do conhecimento de toda a comunidade, inclusive das autoridades locais.

Contemporaneamente, o conflito se dá entre atores desiguais, envolvendo instituições sociais – Estado, organizações da sociedade civil – sindicatos e partidos, proprietários de terra e trabalhadores rurais.

## 2. Um país violento

Os relatórios das Organizações Não-Governamentais apontam para uma concentração dos casos de violência rural, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país. Os Estados com maior incidência de conflitos são os que compõem a região denominada Bico do Papagaio – Pará (53,3%), Goiás (3,6%) e Tocantins (1,7%) – os Estados do Maranhão (6,8%), Pernambuco (5,5), Bahia (4,5%) e Mato Grosso (3,6%).

Mas é possível apreender um pouco da diversidade da violência rural no Brasil, observando-se mais detidamente alguns Estados espalhados pelas macroregiões do país, onde diferentes realidades sócio-econômicas suscitam diferentes tipos de conflitos e de violações aos direitos. Um breve retrato dos conflitos, de seu histórico, dos atores envolvidos e dos números desta violência podem dar uma noção da sua heterogeneidade.

## 3. Região Nordeste: Maranhão

O Maranhão é um Estado de vastas terras, com um grande número de camponeses sem-terra, seca crônica e crise agrícola, responsáveis por grande desarticulação social. Nos anos 50, milhares de famílias de trabalhadores mudaram-se para o oeste do Estado, onde começa a Amazônia, deslocados de suas terras pelas grandes fazendas. Quando se iniciou o programa do governo para o assentamento de trabalhadores sem-terra nessa área, cerca de 50.000 pessoas já estavam no local. Como resultado, entre as décadas de 50 e 80, as terras foram sendo subdivididas em pequenas unidades, cada vez menos viáveis economicamente.

Grande parte da região era constituída de terras devolutas estaduais (área de floresta não desenvolvida), nas quais os colonos foram se instalando. Se a princípio as ocupações eram feitas isoladamente, com a organização do movimento dos trabalhadores sem-terra, nos anos 80, tornaram-se atos coletivos, o que acirrou os conflitos. (*Americas Watch*, 1991: 63-82).

A violência que caracteriza estes conflitos vitimiza principalmente os líderes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os assassinatos ocorrem sobretudo após alguma ocupação de terra. Os agressores são, na maior parte dos casos, pistoleiros a mando de algum proprietário de terra. Também aqui, a justiça está ausente, a não ser em casos de grande repercussão

como o assassinato do padre Jósimo, presidente da CPT em Imperatriz.

O Maranhão é o terceiro Estado em que mais ocorreram mortes em conflitos de terra em 1990. Já a ocorrência de tortura nesses mesmos conflitos, o Maranhão tem um índice muito superior ao de todos os outros Estados: foram registrados 186 casos entre 1989 e 1990. Também em relação às denúncias de lesões corporais nos conflitos de terra, o Maranhão apresenta um número elevado de ocorrências: 19 entre 1987 e 1990. Mas não são só as violências contra a pessoa que preocupam naquele Estado. Em 1990, 2.899 famílias foram vítimas de crimes contra o patrimônio, como expulsões, destruição de casas e roças, tentativas e ameaças de expulsão, e roubos — índice muito superior aos dos outros Estados (*CPT, Relatórios Anuais, 1985 a 1990*).

#### 4. Região Sudeste: São Paulo

O Estado de São Paulo é o mais rico e industrializado do Brasil. Mesmo assim, as condições de vida dos trabalhadores rurais são precárias nesse Estado. A maioria deles é composta por trabalhadores volantes (bóias-frias) e está sujeita a acidentes no transporte diário devido à má conservação e superlotação dos caminhões.

Em algumas fazendas do interior do Estado, o trabalho não é remunerado e os trabalhadores não têm liberdade para ir e vir. Há denúncias de trabalho forçado em carvoarias no oeste do Estado. Muitas famílias foram retiradas de suas terras devido à construção de barragens e hidrelétricas.

Quanto aos conflitos de terra, estes não são muito relevantes em São Paulo. Em 1990, tanto a CPT quanto o MTRST registraram somente um assassinato decorrente de conflito deste tipo. O único caso de lesão corporal em conflito de terra, nos últimos anos da década de 80, foi registrado em 1989. Já em relação às violações contra a propriedade, o índice não é tão baixo, tendo ocorrido 36 amea-

ças de expulsão em 1990 (*CPT, 1990 e MTRST, 1990*).

#### 5. Região Sul: Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é um Estado de clima temperado, com 282.184 km<sup>2</sup> e uma população de 9,2 milhões de habitantes. Esta população é basicamente constituída por descendentes de italianos e alemães imigrados no século XIX, como resultado de uma política governamental de incentivo da imigração européia, através da distribuição de pequenos lotes de terras. Com o passar das gerações, essas pequenas propriedades foram se convertendo em minifúndios até que os que não tinham mais o que herdar tiveram que começar um movimento migratório para o oeste e o norte do país.

Esse processo foi em parte decorrente do próprio desenvolvimento da agricultura nesse Estado, que valorizou as terras e incentivou a mecanização. Como consequência, por uma lado, os preços elevados dos terrenos tornaram-se proibitivos para os pequenos produtores; por outro lado, a mecanização gerou grande número de desempregados. Os pequenos produtores, organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, tentam, desde o início dos anos 80, chamar a atenção para a necessidade de uma reforma agrária. Através de atos de ocupação de terras e de órgãos públicos, os trabalhadores Sem-Terra buscam negociar com as autoridades algumas de suas reivindicações. A opinião pública em geral é favorável ao Movimento, mas a polícia e as milícias privadas, muitas vezes, reprimem de forma extremamente violenta os atos de desobediência civil (*Americas Watch, 1991: 126-136*).

A organização dos trabalhadores, no entanto, tem conseguido controlar a truculência dos proprietários. Desta forma, em 1990, o MTRST não registrou nenhum assassinato decorrente do conflito de terra no Estado.

## 6. Paraná

Os colonos do Paraná, descendentes dos imigrantes europeus que possuíam pequenas propriedades nesse Estado, a partir de 1960 passaram dificuldades que acabaram expulsando-os de suas propriedades. Esse processo foi decorrente da valorização das terras, devido ao estímulo governamental à agricultura de exportação. Esses colonos também participaram da organização, na década de 1980, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que reivindica do governo a reforma agrária e a ocupação de terras improdutivas.

A partir de 1989, os despejos judiciais e as expulsões extrajudiciais aumentaram devido às iniciativas dos “sem-terra” em ocupar áreas mantidas para a especulação. Os grandes proprietários, por sua vez, fundaram a União Democrática Ruralista (UDR), uma associação contrária à reforma agrária, que mobilizava-se para evitar novas ocupações de terra. Mas, muitas vezes, os proprietários e a própria polícia valeram-se do uso da força.

A CPT e o MTRST vêm denunciando a formação de milícias privadas para expulsar e assassinar os “sem-terra”, e a falência do aparelho do Estado para apurar as denúncias e punir os culpados. Assim, em 1990, eles denunciaram dois casos de assassinato e seis de tortura decorrentes do conflito de terra no Paraná. Entre 1987 e 1990, foram 112 casos de lesões corporais neste Estado, o segundo maior índice do País. Quanto à violência contra a propriedade, os números também são elevados, tendo havido 100 casos de ameaças de expulsão em 1990.

## 7. Amazônia Legal

Em 1996, por iniciativa do governo, uma vasta área chamada Amazônia Legal foi reservada para desenvolvimento. Esta área inclui Estados, em parte ou total-

mente, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. A Amazônia Legal ocupa 5 milhões de hectares, correspondendo a 59,1% do território nacional, mas apenas 9% da população ali residem. (CPT, 1988:47).

A estratégia inicial do governo era ocupar a área com colonos provenientes do Nordeste, ao longo da Rodovia Transamazônica. Com o fracasso do programa, voltou-se para o plano de “pólo de crescimento”, coordenado pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que oferecia incentivos diretos a grandes empresas, para que ocupassem a área com o cultivo mecanizado em larga escala, destinado à exportação. Essa superposição de planos aliada à falta de fiscalização adequada acabou atraindo para a região especuladores da terra que entraram em confronto com os trabalhadores expulsos de outras regiões do País – principalmente devido à construção de hidrelétricas no Nordeste e no Sul – que partiram para a Amazônia em busca da garantia de sua subsistência. Essa região, muito pouco abastecida de instituições que garantam o respeito às leis, tornou-se então a mais violenta em relação aos conflitos agrários do Brasil. (Martins, 1986a).

Além dos conflitos por terra, outro problema social da região amazônica é o trabalho forçado utilizado pelos fazendeiros para desmatamentos e queimadas em terrenos imensos, visando transformá-los em pasto. Tais desmatamentos se fazem a fim de evitar a desapropriação e receber os benefícios fiscais disponíveis para os proprietários de terras aproveitadas.

## 8. Bico do Papagaio

O Bico do Papagaio é uma região que, como já foi visto, abrange área do Estado

do Tocantins, ao norte de Goiás e sudeste do Pará, entre os rios Araguaia e Tocantins. É formado por terras férteis e ricas em madeira que, por isso mesmo, são muito disputadas. A base de sua economia está na criação de gado, na exploração da madeira e no cultivo de subsistência.

O plano inicial do governo de ocupar a Amazônia com colonos do Nordeste, embora tenha fracassado, acabou levando cerca de vinte mil camponeses para essa região, na primeira metade dos anos 70. Com a estratégia implementada no final da década, de incentivos do governo para as grandes empresas, esses trabalhadores passaram a ser expulsos à medida que as terras se valorizavam (Martins, 1986b).

Entre 1975 e 1976, cerca de 400 famílias foram expulsas, deflagrando-se então um conflito entre posseiros e grandes proprietários, protegidos por milícias particulares, os chamados grupos de pistolagem (CPT, 1993).

O mais recente fator de acirramento dos conflitos no Bico do Papagaio se deu em 1986, com a construção de uma estrada às margens do Rio Araguaia, que estimulou verdadeira concentração demográfica, com a chegada de garimpeiros, de trabalhadores para as várias serrarias que foram se abrindo e para a gigantesca reserva de minérios que é o Complexo de Carajás.

Um caso exemplar do grau de violência que os conflitos por terra atingem nessa região foi o assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais João Canuto, em 1985, e de seus filhos José e Paulo, em 1990. Dias antes de sua morte, João Canuto havia pedido proteção às autoridades federais e estaduais, quando cinco homens armados apareceram frente ao sindicato num carro da fazenda Canaã, ameaçando-o. Na época, parte dessa fazenda estava ocupada por trabalhadores sem-terra ligados ao sindicato. As autoridades, entretanto, não

fizeram nenhuma investigação nem forneceram a proteção necessária. Canuto foi morto quatro dias depois com 14 tiros disparados por pistoleiros. O crime teve muita repercussão nos jornais e, diferentemente do que acontece na maioria dos casos, os acusados (dois pistoleiros e um proprietário de terras) acabaram sendo presos, pouco tempo depois. Entretanto, quando o proprietário foi solto por força de *habeas corpus* concedido pela autoridade judiciária, liberaram inexplicavelmente, na mesma ocasião, os pistoleiros. No decorrer do processo, apenas um dos pistoleiros foi preso novamente, em setembro de 1987. Em abril de 1990, os filhos de Canuto, Orlando (presidente do PC do B de Rio Maria e tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), José (garimpeiro), e Paulo (pedreiro) foram seqüestrados. José e Paulo foram assassinados e Orlando conseguiu fugir para outro Estado. Seus assassinos foram condenados no primeiro julgamento deste tipo da história do Brasil, em 1994. Referências ao caso da família Canuto foram feitas recentemente no filme "Genipapo".

## 9. Acre

O Estado do Acre fica na região Norte do País e possui uma população de 1.095,6 milhão de habitantes (*Anuário Estatístico do Brasil, 1990*). Ele já conheceu sua época de prosperidade econômica nos anos de 1870, quando se iniciou a exploração da borracha para fins comerciais, o que provocou o crescimento da Amazônia. Nessa época, o Acre pertencia à Bolívia, e somente em 1903 o Brasil comprou-o. Na década de 1920, a Ásia passou a dominar a exportação da borracha e a riqueza desse Estado começou a declinar.

Nos anos 60 e 70, com a política do governo brasileiro de colonização da Amazônia pelas grandes empresas, milhares de seringueiros foram expulsos para a capital do Estado, Rio Branco, e

para a Bolívia. Os que ficaram iniciaram uma ação de resistência, marcada pela tática do *empate*, que consistia em ocupar as terras a serem queimadas e destruir o equipamento das equipes de desmatamento. Como resultado, 97% do Estado permanecem hoje ainda sob a floresta.

Muitos dos madeireiros, entretanto, reagem matando as lideranças sindicais e ameaçando os trabalhadores. Por se tratar da luta pela preservação da mata, os seringueiros obtiveram o apoio dos grupos ambientalistas internacionais, o que ajuda na pressão para que as autoridades locais apurem os casos de violência.

Em março de 1990, esses trabalhadores conseguiram uma grande vitória, que foi a criação de uma reserva extrativista de 970.570 hectares. No entanto, esse feito promoveu a volta de muitos seringueiros que haviam emigrado, o que acirrou os conflitos com os madeireiros.

Um caso exemplar da violência na luta entre madeireiros e seringueiros foi o assassinato do presidente do Sindicato dos Seringueiros de Xapuri, Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988. Chico Mendes já havia sobrevivido a cinco atentados e, sabendo quem eram seus agressores, tentou em vão garantir que eles fossem punidos com prisão. As autoridades designaram quatro policiais militares para a sua proteção. Entretanto, no dia de seu assassinato, por razões inexplicáveis, as metralhadoras desses homens foram substituídas por pistolas defeituosas. Ao ouvirem os tiros, os policiais se esconderam.

Por causa da proeminência de Chico Mendes no movimento ambientalista internacional, o seu assassinato recebeu enorme repercussão no Exterior. Como resultado, a polícia passou a investigar intensivamente o crime, e poucos dias depois prendeu os seus autores: o fazendeiro Darli Alves e seu filho Darci Alves. Foram condenados a 19 anos de prisão mas, em 1992, fugiram da cadeia e recentemente foram encontrados. Há fortes

evidências de que altas autoridades de municípios vizinhos e grandes proprietários estivessem envolvidos no crime, mas estas evidências ainda não foram investigadas. O assassinato de Chico Mendes também já foi contado em filme.

## 10. Mato Grosso do Sul

O Estado do Mato Grosso do Sul fica na região Centro-Oeste do País, ocupando uma área de 1.604.852,3 km<sup>2</sup>. Sua população é de 1,797 milhão de habitantes, o que significa 10.331,6 por km<sup>2</sup> (*Anuário Estatístico do Brasil, 1990*).

Os conflitos nesse Estado se dão basicamente em duas áreas: nas usinas de açúcar e nas carvoarias. Nas usinas de açúcar, a origem dos conflitos também remete ao final dos anos 60 e início dos 70, quando os engenhos foram substituídos pelas modernas usinas, como resultado do incentivo do governo visando à produção de cana-de-açúcar para exportação.

Em 1973, a crise internacional do petróleo levou o governo a incentivar a produção do álcool a fim de produzir combustível de outra natureza. Essa política culminou no projeto Pró-Álcool, de 1977. A partir dessa época, 90% das usinas passaram a produzir somente álcool para combustível.

As usinas dependem de mão-de-obra sazonal, que trabalhe intensivamente de maio a novembro, que é a época da colheita. Nesse período, os mais de vinte mil *bóias-frias* realizam jornadas de 12 horas de trabalho. Esses trabalhadores são recrutados por "gatos" e empreiteiros no Nordeste e também entre a população indígena da nação Guarani, que habita o Estado. São levados em caminhões apinhados, sem nenhuma segurança, tornando-se vítimas freqüentes de acidentes nas estradas. Do mesmo modo que ocorre nas florestas a serem desmatadas, ao chegarem ali, esses trabalhadores têm as suas despesas de viagem cobradas e se

convertem então em trabalhadores forçados durante todo o período da colheita. Os que tentam fugir correm o risco de serem mortos.

O trabalho forçado é também o problema mais grave das carvoarias que se localizam nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Águas Claras e Três Lagoas. A política de colonização do governo para essa região, nos anos 70, se deu através de incentivos fiscais a grandes empresas que se comprometessem a instalar ali fábricas de papel e celulose. Entretanto, a falta de fiscalização permitiu que os recursos fossem desviados para as carvoarias.

Chegou-se aos anos 90 sem que nenhuma fábrica fosse de fato construída. Diariamente retiram-se toneladas de carvão da mata, para alimentar as carvoarias. Os trabalhadores são recrutados por "gatos", com promessas, e ao chegarem ali transformam-se em escravos, não recebendo salário e cumprindo jornadas de 12 horas de trabalho, em fornos de 70 graus, sem nenhuma proteção. Mulheres e crianças também trabalham nestas mesmas condições.

## 11. Conclusão

Toda esta história de luta, violência e desigualdade deixa claro que os primeiros portugueses que aqui chegaram se enganaram ao pensarem que alcançavam o paraíso terrestre. Definitivamente, o eldorado não é aqui.

## 12. Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Paz e Terra, S. Paulo, 1988.
- AMERICAS WATCH COMMITTEE, *Police abuse in Brazil. Summary executions and torture in São Paulo and Rio de Janeiro*. Washington, 1987.
- . *Violência rural no Brasil*. NEV&CTV, S. Paulo, 1991.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra), *Denúncia: caso Araguaia/Tocantins*. Rio, 1980.
- . *Denúncia: conflitos de terra nos Estados indicando os Municípios (1980-1981)*. Rio, 1982.
- . *Relatório*. Rio, 1984.
- . *Conflitos no campo: Brasil 1985*. Loyola, Goiânia, 1986.
- . *Conflitos no campo: Brasil 1986*. Loyola, Goiânia, 1987.
- . *Conflitos no campo: Brasil 1987*. Loyola, Goiânia, 1988.
- . *Conflitos no campo: Brasil 1988*. Loyola, Goiânia, 1989.
- . *Rompendo o cerco e a cerca: conflitos no campo: Brasil, 1989*. Loyola, Goiânia, 1990.
- . *Conquista de terra e cidadania. Cader-nos do CEAS (135): 40-59*. Salvador, setembro/outubro, 1991.
- . *Assassinatos no campo 1989-1990-1991*. 1992.
- . *Conflitos no Campo: Brasil, 1992*. Loyola, Goiânia, 1993.
- . CEPAL & Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), *O genocídio do Nordeste (1979-1983)*. Hucitec, Rio: 1984.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 1983.
- MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. Hucitec. S. Paulo, 1986a.
- . *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Vozes, Rio, 1986b.
- . *A chegada do estranho*. Hucitec, S. Paulo, 1993.
- MTRST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). *Assassinatos no campo: crime e impunidade 1964-1985*. Global, S. Paulo, 1987.
- . *Dossiê sobre a violência no meio rural*. S. Paulo, 1990.
- NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA. Relatório final da pesquisa: *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia*. S. Paulo: Universidade São Paulo, 1996.